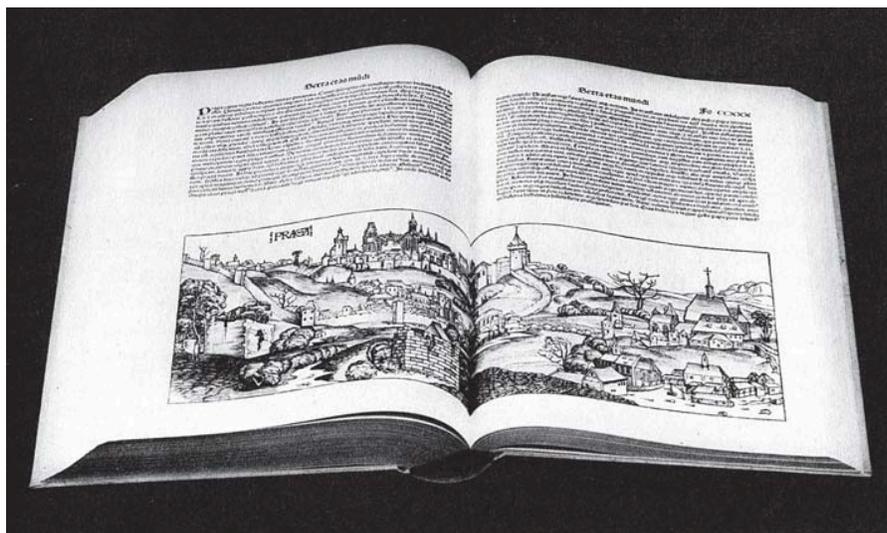


“O que é a história do livro?”

revisitado

TRADUÇÃO



Crônica Mundial de Schedel. 1493.

Robert Darnton

Professor de História Européia e diretor da Harvard University Library. Autor, entre outros livros, de *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. robert_darnton@harvard.edu

“O que é a história do livro?” revisitado*

Robert Darnton

Tradução: Lília Gonçalves Magalhães Tavolaro**

Revisão técnica da tradução: Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro***
e Adalberto Paranhos****



Tendo aceito o convite para visitar meu ensaio de 1982, “What is the history of books?”¹, acho que posso fazê-lo somente na primeira pessoa do singular e, dessa forma, peço desculpas por referir-me a certos detalhes autobiográficos. Eu também gostaria de fazer aqui uma renúncia: ao propor, há vinte e quatro anos, um modelo para estudar a história dos livros, não tive a intenção de dizer aos historiadores dos livros como eles devem realizar seus trabalhos. Esperava que o modelo pudesse ser útil de uma maneira heurística, e nunca pensei nisso como algo comparável aos modelos preferidos especialmente pelos economistas, do tipo que alguém insere dados, trabalha com eles e chega a uma conclusão (eu não acho que existam conclusões na história). Em 1982 me parecia que a história dos livros sofria de uma fragmentação contínua: especialistas estavam em busca de estudos tão especializados que perdiam contato entre eles mesmos. Os elementos esotéricos da história do livro precisavam ser integrados numa visão geral que mostraria como as partes poderiam conectar-se para formar um todo ou o que caracterizei como um circuito de comunicações. A tendência em direção à fragmentação e especialização ainda persiste. Uma outra maneira de lidar com isso pode ser solicitar aos historiadores dos livros que confrontem três questões: 1) como é que os livros passam a existir?; 2) como é que eles chegam aos leitores?; 3) o que os leitores fazem deles?

Mas para responder a essas perguntas, nós necessitamos de uma estratégia conceitual a fim de dar unidade ao conhecimento especializado e vislumbrar o campo como um todo. Quando reflito sobre minha própria tentativa de esboçar tal estratégia, eu me dou conta de que foi uma resposta ao sentido de problemas interconectados que me surpreenderam muito antes, ao começar a trabalhar em arquivos de um editor (utilizarei o termo editor em vez de vendedor de livro ou *libraire-imprimeur*, a despeito de seu caráter anacrônico). Olhar retrospectivamente, do ponto de vista do presente, também serve como um lembrete de que meu ensaio de 1982 não faz justiça aos avanços na história dos livros que ocor-

* Artigo originalmente publicado na *Modern Intellectual History*, 4, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, p. 495-508.

** Doutora em Sociologia pela New School for Social Research, de New York/Estados Unidos. liliatavolaro@hotmail.com

*** Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora e consultora da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura. mariaer carneiro@gmail.com

**** Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). akparanhos@triang.com.br

¹ Ver DARNTON, Robert. O que é a história dos livros? In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 109-131.

reram durante o quarto de século que se seguiu desde então. Ele foi reimpresso e debatido o suficiente para que suas inadequações se tornassem visíveis. Assim, não me proponho reescrevê-lo, mas pretendo sinalizar como esse ensaio pode ser melhorado e explicar a experiência nos arquivos dos quais se originou.

Em primeiro lugar, mergulhei nos *papers* da Société Typographique de Neuchâtel (STN) em 1965 e imediatamente me vi estudando a história dos livros sem saber disso. À época o termo não existia, apesar do volume pioneiro de Henri-Jean Martin e Lucien Febvre, *L'apparition du livre*, estar disponível desde 1958. Fui a Neuchâtel à procura de outra coisa: informação sobre Jacques-Pierre Brissot, o líder dos *brissotins* ou girondinos durante a Revolução Francesa, que publicou a maior parte dos seus trabalhos antes de 1789 com a STN. Porém, quando comecei a seguir a trilha de Brissot, valendo-me dos documentos de seu editor, descobri um objeto de estudo que parecia mais importante que sua biografia, a saber, o próprio livro e todos os homens e mulheres que o produziram e o distribuíram sob o *Ancien Régime*.

Não se trata de dizer que eu tenha me sentido desapontado pelas 160 cartas que Brissot trocou com a STN. Ao contrário, elas proporcionaram o retrato mais vívido e detalhado das relações entre um autor e seu editor no século dezoito que eu já havia encontrado; em um dado momento, publiquei todas elas na internet. Contudo, o dossiê de Brissot parecia menor em comparação com as outras 50 mil cartas dos arquivos da STN — cartas de autores, vendedores de livros, fabricantes de papel, transportadores, contrabandistas, condutores de carroça, compositores e tipógrafos; cartas ilegíveis escritas por pessoas tão iletradas que elas tinham que ser vocalizadas e lidas em voz alta a fim de serem compreendidas; cartas que revelavam toda uma comédia humana por detrás dos livros.

O tipo mais interessante de história que havia em 1965 era conhecido como *history from below*². Tratava-se de uma tentativa de recapturar as experiências de pessoas ordinárias, especialmente aquelas que ocupavam os setores mais pobres e de menor *status* na sociedade, e ver o passado a partir de sua perspectiva. Elas jamais haviam sido mencionadas nos livros de História, a não ser como “massas” sem rosto chamadas a fazer revoluções ou a morrer de fome em momentos apropriados na narrativa. Na posição de estudante de pós-graduação em Oxford, eu havia me identificado profundamente com esse tipo de história, mas jamais havia tentado escrevê-la. Os arquivos em Neuchâtel abriram a possibilidade de fazer, com homens e mulheres obscuros no mundo dos livros do século dezoito, aquilo que E. P. Thompson, Richard Cobb, Georges Lefebvre e George Rudé haviam feito para os trabalhadores, camponeses e *sans-cullottes*. Até mesmo a história intelectual, então pensei, poderia ser estudada a partir de baixo. Autores na Rua Grub mereciam consideração na mesma proporção que filósofos famosos.

Eu ainda acho essa perspectiva válida, apesar de também achar que o passado deveria ser estudado desde cima, desde as margens, desde qualquer ângulo possível. Dessa maneira, pode ser possível criar aquilo que os historiadores dos *Annales* costumavam chamar de história total. Mas eu não havia absorvido muito da história dos *Annales* em 1965. Primeiro a encontrei no final da década de 1960, ao manter um contato

² Nota da Tradutora (N. T.): em português, história vista de baixo.

³ N. T.: livro de aproximadamente 16 x 23 cm, cujas folhas impressas são dobradas para formar 8 folhas ou 16 páginas.



com Pierre Goubert e François Furet. Em 1972 me tornei amigo de dois historiadores dos livros ligados aos *Annales*, Daniel Roche e Roger Chartier, e passei a trabalhar com eles desde então. Porém, isso ocorreu depois. O livro veio antes. Tomei conhecimento dele nos arquivos em Neuchâtel, apesar de não ser aquilo que eu estava procurando e de ter se revelado algo muito diferente de tudo que eu esperava.

Obviamente eu havia visto muitos livros do século dezoito, mas jamais os havia encarado seriamente como objeto de estudo. Estudei os textos contidos em suas páginas sem levantar questões sobre o próprio material. No momento em que imergi nos arquivos da STN, todas as espécies de questões apareceram, em especial sobre o papel. Para minha surpresa, o papel ocupava uma larga porção da correspondência dos editores, muito maior que a das fontes tipográficas e a das gráficas. A razão tornou-se clara quando eu reconstituí os custos de produção a partir dos livros de contabilidade da STN. O papel representava 50 por cento do custo da produção de um ordinário *octavo*³, para uma tiragem típica de mil cópias, e 75 por cento dos custos da *Encyclopédie*.

As cartas dos próprios fabricantes de papel abriram uma outra perspectiva. Elas são repletas de conversas sobre o clima: “o clima está se tornando malevolente”. “maldito clima”. Por quê? Porque caso chovesse muito, a água ficaria barrenta, estragando a matéria-prima (água misturada com a polpa de fibra) que ia no papel. Se não chovesse o suficiente, o moinho não giraria adequadamente. Além disso, clima ruim proporcionava uma desculpa para falhas no fornecimento de lotes de papel a tempo. Desse modo, ocorria que editores freqüentemente comissionavam lotes especiais de papel, ou “campanhas”, como as chamavam, quando assumiam trabalhos importantes. Eles definiam seu calendário de produção — e às vezes a contratação e demissão de trabalhadores — conforme datas de entrega especificadas pelos contratos com os fornecedores de papel.

Os contratos requeriam negociações intensas, não somente em relação ao tempo, como também no tocante ao preço, qualidade e peso das resmas. As condições eram diferentes em cidades como Lyon e Paris, onde grandes quantias estavam prontamente disponíveis, graças aos distribuidores de papel (*marchands papetiers*). Mas editores suíços tinham que buscar fornecimentos junto a fabricantes de papel espalhados por todos os lugares no leste da França e oeste da Suíça, uma vasta área em que três diferentes medidas de peso eram usadas paralelamente a diferentes tipos de moedas. Devido à escassez crônica da moeda corrente, editores ocasionalmente pagavam em barris de vinho ou outras mercadorias. Letras de câmbio variavam em valor conforme a credibilidade das assinaturas que nelas constavam. Elas poderiam ser trocadas com descontos variados ou coletadas em sua data de maturação, normalmente por meio de negociações nas quatro feiras anuais de Lyon. Editores tentavam jogar para baixo o valor das letras de câmbio para os fabricantes de papel, tanto quanto os fabricantes retinham suas melhores fibras da matéria-prima destinada aos editores. E a barganha em ambos os lados tomava a forma de ameaças de mudança no negócio em favor de um fornecedor ou cliente mais flexível.

Desde um fabricante com dois tanques em uma montanha do Jura até uma casa de câmbio no clamor tumultuoso de Lyon, a topografia

humana era extraordinariamente complexa, e ela deixava muito espaço para fraude. Fabricantes de papel trapaceavam com frequência ao colocar folhas extras em suas resmas. Por que folhas extras? Eu me questionava. Os protestos da STN revelaram a resposta: os fabricantes de papel produziam número inferior de folhas ao diluir sua matéria-prima, de modo que eles precisavam usar mais que 500 folhas em suas resmas a fim de cumprir, em relação ao peso, o que havia sido acordado. Assim, os editores tinham que pesar as resmas que recebiam, contar o número de folhas e enviar cartas de volta repletas de reclamações e pedidos de reembolsos. Os fabricantes de papel retrucavam em tom de orgulho ferido e indignação ou, quando derrotados, com desculpas: primeiro culpavam o clima e depois, circunstâncias especiais: “Meu *vatman*⁴ estava bêbado”. A noção do papel como um item sob contínua negociação — contratos para campanhas negociados antes da entrega e renegociados posteriormente — tomaram-me completamente de surpresa. Até onde eu sei, isso jamais havia sido reconhecido por bibliógrafos ou historiadores da imprensa.

Isso também influenciava a recepção do leitor. Caso alguém leia anúncios de livros nos jornais do século dezoito, irá se surpreender com a ênfase no material, mais do que nos escritos: “Impresso no papel de melhor qualidade de Angoulême”. Essa maneira de vender o produto seria impensável hoje, quando os leitores raramente notam a qualidade do papel nos livros. No século dezoito, eles comumente encontravam manchas causadas por gotas de uma fôrma mal manejada ou pedaços de *petticoat* (vestimenta feminina) que não haviam sido convenientemente empastadas. Comentários sobre papel se mostram tão comuns nas cartas de vendedores de livros — e mesmo de alguns leitores, apesar de a STN raramente tê-los escutado de consumidores individuais — que eu penso que existia na Europa do início da era moderna uma consciência peculiar sobre o papel. Isso deve ter desaparecido no século dezenove com o advento do papel feito à máquina a partir da polpa da madeira. Todavia, em tempos anteriores, as pessoas olhavam para o material substrato dos livros, não apenas para sua mensagem verbal. Os leitores discutiam o grau de brancura, a textura e a elasticidade do papel. Eles empregavam um rico vocabulário estético para descrever suas qualidades, tal como o fazem hoje em relação ao vinho.

Poderia continuar falando indefinidamente sobre a questão do papel, mas o ponto que eu quero abordar diz respeito a algo diferente: a construção da complexidade das atividades cotidianas dos editores. Eles habitavam um mundo que nós não podemos imaginar, a menos que leiamos seus arquivos e estudemos seus negócios a partir de dentro. Sua correspondência os revela lutando com as complicações dos problemas em muitos aspectos de seu negócio. Eles não dispunham de condições de concentrar-se exclusivamente em um problema, porque cada elemento de seu negócio pesava sobre os demais e as partes funcionavam simultaneamente para determinar o sucesso do todo. A tabulação diária ou semanal de entradas nos seus livros de contabilidade — registros sofisticados cuja aritmética eu pude refazer a fim de seguir sua lógica — lembrava-os que eles deviam coordenar uma variedade de atividades inter-relacionadas para que, quando o estoque fosse retirado e os balanços de contabilidade feitos, eles obtivessem lucro. Seu padrão de comportamento

⁴ N. T.: o termo *vatman* se refere ao operário de fabricação de papel cuja função implica peneirar a polpa de fibra sobre a fôrma de fazer papel.

correspondia ao diagrama, por mais inadequado que fosse, que eu produzi em “What is the history of books?”.

Para retomar o ponto inicial, menciono alguns outros aspectos relativos à publicação que me surpreenderam ao estudar os arquivos da STN, e que não foram assimilados, até onde eu posso dizer, na história dos livros. Por exemplo:

Contrabando — Quando visto através das cartas de contrabandistas, isso se mostrou bem diferente da confusão que eu havia imaginado. O contrabando era uma importante atividade — em muitos comércios, notadamente de têxteis e de livros —, organizada de maneiras diferentes. O mais sofisticado tipo de contrabando ocorria sob o nome de “seguro”. Autodesignados “seguradores” negociavam contratos com editores, garantindo levar livros ilegais para *entrepôts* secretos, através da fronteira francesa nas Montanhas do Jura, por uma porcentagem do seu valor de atacado. Caso um carregamento fosse pego por um funcionário de elite da alfândega (funcionários da *Ferme Générale*, uma corporação de coleta de impostos, não empregados do Estado), o segurador reembolsaria a transportadora por seu custo total. Ele empregava equipes de camponeses para fazer o trabalho, carregando os livros nas costas em pacotes de sessenta libras (cinquenta libras quando as passagens nas montanhas estavam obstruídas pela neve). Na hipótese de serem pegos, eles poderiam ser marcados com as letras GAL, que se referiam a *galérien* ou “escravo de galera” e enviados para as galeras da prisão de Marselha por nove anos ou mais.

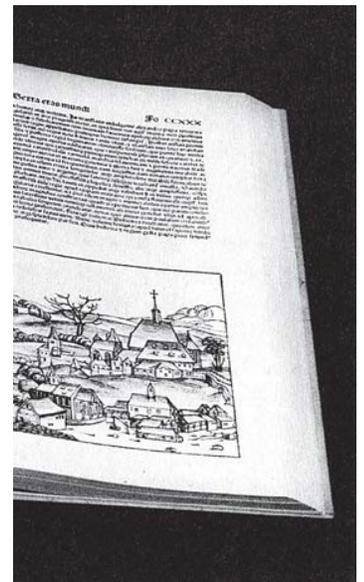
Distribuição e vendas — Essas funções assumiram muitas formas. Fiquei particularmente impressionado com a importância dos representantes de vendas (*commis voyageurs* ou caixeiros viajantes dos editores). Eu pensava que eles não existiam antes do século dezenove, contudo descobri que haviam penetrado os quatro cantos da França durante o *Ancien Régime*, exercendo toda sorte de tarefas. Vendiam livros, cobravam contas, organizavam o envio de mercadorias e inspecionavam todas as livrarias ao longo de seus itinerários. Todo editor de maior peso empregava seus serviços. Era comum que os representantes de vendas cruzassem uns com os outros, que ficassem hospedados nas mesmas hospedarias e que trocassem segredos comerciais nas noites em que compartilhavam uma pequena refeição à base de vinho e de pomba assada. Algumas de suas conversas aparecem em suas cartas e diários. Um representante de vendas da STN passou quatro meses em cima de um cavalo, parando em quase todas as livrarias do centro e do sul da França. Quando chegava numa livraria, ele a inspecionava e fazia todas as perguntas adrede preparadas em seu diário: quanto de crédito poderia ser concedido ao vendedor de livro? (pergunte ao comerciante local); qual o seu caráter? (“consistência” era a qualidade considerada mais desejável, já que isso significava que se poderia confiar que o vendedor pagaria suas contas em dia); era ele um homem de família? (homens solteiros despertavam desconfiança, no entanto um homem casado não deveria ter muitos filhos, pois estes poderiam levá-lo ao endividamento). Quando os representantes de vendas retornavam à Neuchâtel, eles haviam adquirido um conhecimento incomparável das condições do comércio de livros. Seus relatos complementavam as cartas de recomendação dos homens de negócios e aliados no comércio que chegavam aos escritórios

dos editores toda semana. Juntos eles proporcionavam informações cruciais para ajustar as estratégias de venda à complexa topografia humana dos negócios editoriais.

Agentes literários — Eles não existiam, no sentido moderno, como representantes dos autores. No século dezoito os autores recebiam um pagamento em dinheiro por seu manuscrito ou por um determinado número de cópias impressas, quando recebiam. Inexistiam direitos autorais e de tradução. Mas todos os editores importantes de língua francesa de fora de Paris precisavam de um representante para tomar conta de seus interesses naquele que era o coração da indústria editorial. Os agentes parisienses escreviam relatórios regulares sobre o estado do comércio de livros, as condições políticas, as reputações dos autores e sobre os últimos livros que haviam gerado polêmica entre os profissionais da área. Em alguns casos, os relatórios constituem um comentário passageiro a respeito da vida literária, e podem ser lidos como fontes para uma sociologia histórica da literatura.

Piratária — A França era rodeada de editoras que pirateavam tudo que vendia bem no interior de suas fronteiras. Embora eu não possa provar, acredito que mais da metade dos livros que circulavam na França pré-revolucionária — obras de ficção e não-ficção, mas não manuais profissionais, tratados religiosos e *chapbooks*⁵ — eram pirateados. Entretanto, a pirataria diferia substancialmente daquilo que é hoje. O conceito moderno de direitos autorais não cabia nas condições do mercado editorial do início da era moderna, com exceção da Grã-Bretanha após a lei de direitos autorais de 1710. Em qualquer outro lugar, os direitos de reprodução de uma obra eram determinados por privilégios, os quais se estendiam apenas até a jurisdição do soberano que os havia emitido. Os editores holandeses e suíços pareciam piratas aos olhos dos franceses, apesar de aparentarem ser respeitáveis homens de negócio em seus países. Eles faziam pesquisa de mercado, calculavam riscos e lucros com conhecimento especializado e, às vezes, formavam alianças, seladas por tratados, para bater os competidores, enquanto compartilhavam riscos e custos. Encontrei vários contratos entre as *sociétés typographiques* de Lausanne, Bern e Nauchâtel, realizados após um longo processo de negociação, que comprometiam cada editor a imprimir uma parte dos livros e proporcionar uma quantia correspondente de investimento de capital. Esses empreendimentos conjuntos nos fazem repensar a economia do mercado editorial do início da era moderna e reconsiderar a natureza da pirataria em si, já que raramente se pretendia que livros pirateados fossem cópias exatas dos originais. Impressos em papéis relativamente baratos, desprovidos de ilustrações, reduzidos ou adaptados sem preocupação com a integridade do texto, eles visavam a setores mais amplos e pobres do público leitor.

Barganha — As alianças editoriais também tomavam a forma de acordos para trocar livros. Após imprimir uma edição de mil cópias, um editor freqüentemente trocava cem ou mais exemplares com as editoras aliadas por um número equivalente de folhas que ele selecionava de seus estoques. Desse modo, ele podia maximizar a variedade de obras em oferta no seu próprio estoque geral (*livres d'assortiment*) e minimizar os riscos envolvidos na difusão de seus principais produtos (*livres de fond*). Mas as trocas envolviam cálculos complexos concernentes à qualidade



⁵ N. T.: pequenos livros ou panfletos de contos populares ou poesia.

⁶ N. T.: livros de edição antiga que eram editados por muitos anos.

⁷ N. T.: os livros classificados como *mid-list* são aqueles que servem para encher espaço de prateleira e têm rentabilidade baixa.

do papel, à densidade da letra impressa e a estimativas de demanda. A destreza na troca poderia determinar o sucesso de um editor.

Demanda — Por causa da prevalência da barganha, editores acabavam tornando-se atacadistas. Grupos de editoras aliadas tinham *backlists*⁶ semelhantes e todas elas corriam para o mercado com edições piratas quando se tratava de um *best-seller* em potencial. Diferentemente dos *blockbusters* de hoje em dia — grandes edições promovidas por uma grande companhia —, os *best-sellers* do século dezoito eram produzidos simultaneamente em pequenas edições por várias editoras. Um editor que chegasse atrasado no mercado ou que tivesse calculado mal a demanda por um livro ordinário (*mid-list*)⁷ poderia ser punido com uma perda substancial. Desse modo, produtores tomavam medidas cuidadosas para sondar o mercado, usando seus representantes de vendas, seus agentes de Paris e, acima de tudo, sua correspondência comercial. A partir da construção de uma rede de consumidores sábios e confiáveis nas livrarias, os editores recebiam conselhos constantes por meio de inúmeras cartas remetidas diariamente por atacadistas e varejistas de vários lugares, por vezes de toda a Europa. Acompanhar a chegada das cartas dia após dia e cidade por cidade é assistir à dinâmica da demanda literária.

Política — A demanda não podia ser suprida livremente devido a toda espécie de obstáculos políticos. Uma editora localizada do outro lado da fronteira da França tinha que se manter informada a respeito das mudanças no interior da *Direction de la Librairie* e entre a polícia e os inspetores do comércio de livros nas cidades provinciais. As condições variavam enormemente de um lugar para outro e de ano a ano. As regras do jogo mudavam de maneira significativa em nível nacional durante períodos críticos, tal como o *lobby* para influenciar os novos *règlements de la librairie* em 1777. As provisões dos decretos de 1777 poderiam ser facilmente estudadas com base em seus textos impressos. Todavia, somente a leitura da correspondência entre os vendedores de livros consegue nos dar a medida de seus efeitos. Eu me surpreendi ao descobrir que os decretos não transformaram as condições do comércio e que eles eram muito menos efetivos que uma ordem desconhecida emitida pelo ministro das Relações Exteriores aos oficiais da alfândega em 12 de junho de 1783. A ordem requeria que todos os carregamentos provenientes de fornecedores estrangeiros, independentemente de seu destino, deveriam passar por Paris e ser inspecionados pelos funcionários da guilda dos vendedores de livros parisienses, reforçada pelo rigoroso inspetor parisiense do comércio de livros. Desse modo, um carregamento procedente de Genebra em direção a Lyon deveria fazer um desastroso desvio para Paris. Com uma canetada, essa medida destruiu a maior parte do comércio entre vendedores de livros de províncias e editores estrangeiros. Cartas de negociantes provinciais provam que isso gerou uma crise que durou até a Revolução, mas que jamais fora percebida por historiadores do comércio de livros porque eles haviam restringido sua pesquisa a documentos impressos e fontes administrativas.

Eu poderia citar muitos outros exemplos das surpresas com as quais me deparei ao pesquisar nos arquivos da STN, e então comparar aqueles achados com o material disponível nas principais fontes em Paris: a Coleção Anisson-Duperron, os papéis da *Chambre Syndicale de la Communauté*

des Libraires et des Imprimeurs de Paris e os arquivos da Bastilha. O que mais me impressionou foi a necessidade de um editor cuidar de muitas coisas ao mesmo tempo, enquanto o terreno sob seus pés se deslocava. Ele tinha que negociar os termos para novas campanhas de papel, recrutar trabalhadores para sua oficina de impressão, firmar contratos com um segurador na fronteira francesa, enviar instruções para um representante de vendas nos rincões da França, modificar sua visão do mercado conforme informações de seu agente em Paris, definir planos para piratear novos trabalhos promissores, arranjar trocas com meia dúzia de editoras aliadas, ajustar sua lista de acordo com a recomendação recebida de dúzias de varejistas e aparar sua estratégia de negócios a fim de adequar-se aos caprichos da política, não somente em Versalhes, como igualmente de outras partes da Europa — tudo isso simultaneamente. Ele também se via obrigado a considerar muitos outros fatores, tais como a possibilidade de comprar manuscritos originais de autores (um empreendimento arriscado porque eles algumas vezes vendiam o mesmo trabalho com diferentes títulos para dois ou três editores), a disponibilidade de moeda corrente nas feiras quadrienais de Lyon, as datas de expiração de importantes letras de câmbio, as cambiantes taxas de pedágio sobre os rios Reno e Ródano, até mesmo a data em que o Báltico provavelmente congelaria, forçando-os a enviar carregamentos por terra para São Petersburgo e Moscou. Era a sua habilidade para dominar a inter-relação de todos esses elementos que fazia a diferença entre o sucesso e o fracasso. Assim, quando tentei configurar um quadro geral do sistema, eu procurei trazer à luz suas interconexões, não somente do ponto de vista dos editores, mas também buscando entender como isso afetava o comportamento de todos quantos se encontravam inseridos nele. Meu diagrama dificilmente fez justiça às complexidades, porém revelou o caminho em que as partes achavam-se conectadas, e eu acho que ele traduziu algo da natureza da história dos livros tal qual ela era experimentada pelos homens (e também muitas mulheres: *la veuve* Desaint em Paris, Mme. La Noue em Versalhes, *la veuve* Charmet em Besançon) que a fizeram acontecer.

Aquelas impressões, primeiramente registradas em 1965, determinaram o caráter do modelo que eu propus em 1982. Desde então, de vez em quando eu recebo uma cópia de outro modelo que alguém sugeriu para substituir o meu. A pilha de diagramas alcançou uma altura impressionante — uma coisa boa, porque é muito útil aos pesquisadores produzir retratos esquemáticos de seus objetos. Em vez de fazer uma revisão de todos eles, eu gostaria de discutir um dos melhores, um modelo proposto por Thomas R. Adams e Nicholas Barker em “A new model for the study of the book”, publicado em um volume organizado por Nicholas Barker, *A potencie of life: books in society* (Londres, 1993).

Adams e Barker baseiam sua análise naquilo que chamam de um “documento bibliográfico” em lugar de um livro. Essa abordagem abre espaço para matéria impressa efêmera, uma consideração relevante, já que oficinas de impressão dependiam consideravelmente de pequenos trabalhos e comissionamentos especiais. Na prática, entretanto, Adams

e Barker se concentram em livros, e sua proposta para alargar o escopo do meu diagrama o torna mais adaptável às condições que prevaleceram após as primeiras décadas do século dezanove. Apesar de ter pensado que meu diagrama poderia ser modificado para se adequar a épocas posteriores (jamais pretendi que ele fosse aplicado a livros antes de Gutenberg), eu tinha em mente, a princípio, o comércio de publicação e de livros durante o período de estabilidade tecnológica que se estendeu entre 1500 e 1800 — daí minha decisão de enfatizar o papel dos encadernadores, que eram particularmente importantes em uma era na qual editores comumente vendiam livros em folhas não encadernadas ou em conjuntos que eram unidos ponto a ponto, mas não costurados.

O circuito de comunicação

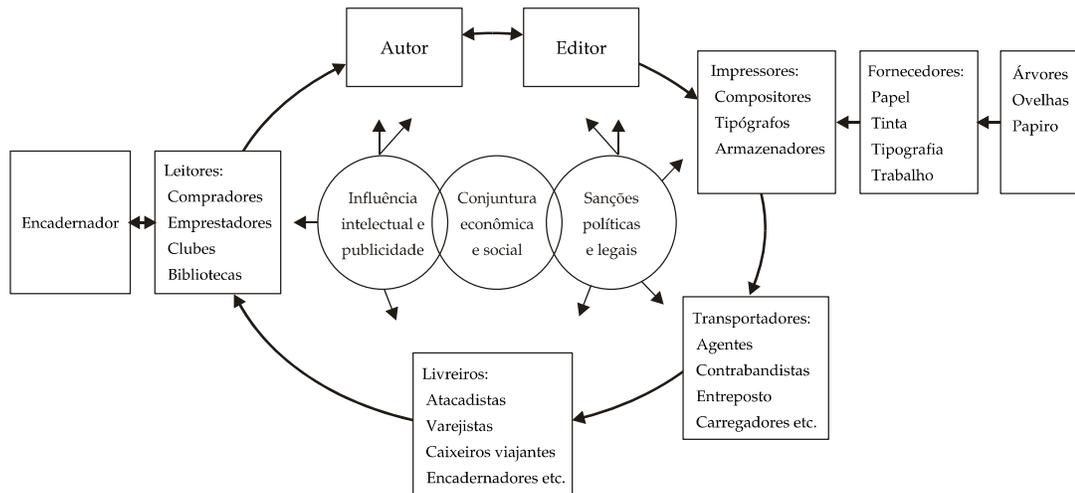


Figura 1. Robert Darnton, o circuito de comunicação, 1982.

A conjuntura socioeconômica com o um todo

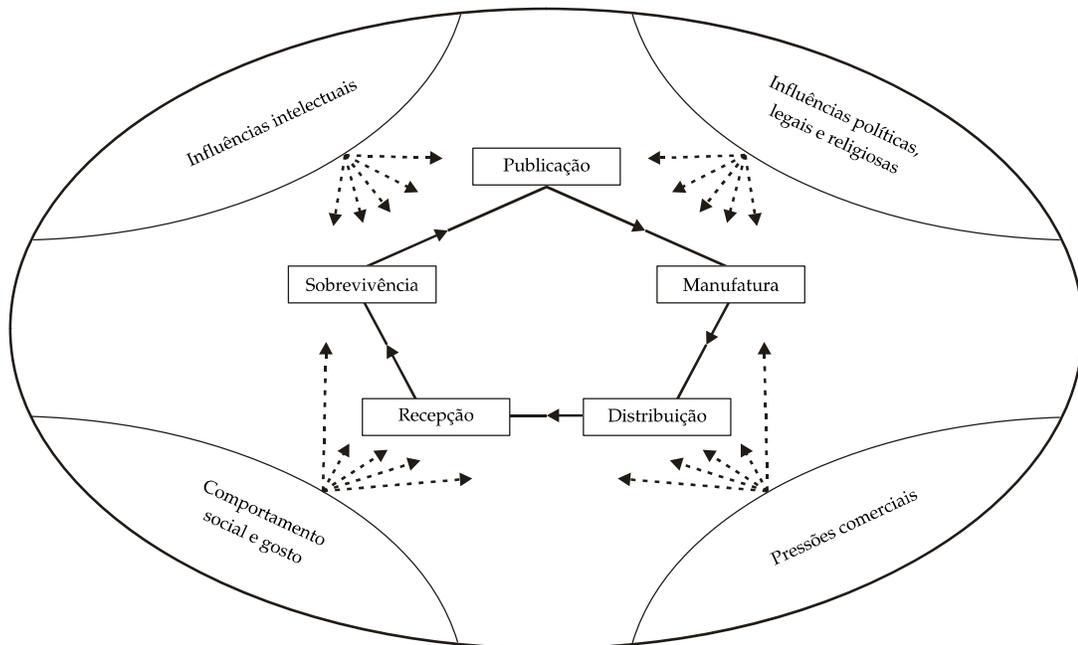


Figura 2. Thomas R. Adams e Nicholas Barker, a conjuntura socioeconômica como um todo, 1993.

No lugar dos seis estágios do meu diagrama, Adams e Barker distinguem cinco “eventos”: publicação, manufatura, distribuição, recepção e sobrevivência. Ao fazê-lo desse modo, eles desviam a atenção, das pessoas que faziam, distribuía e liam os livros, para o livro em si e os processos pelos quais passava em diferentes estágios do seu ciclo de vida. Eles vêem minha ênfase nas pessoas como um sintoma de minha abordagem geral, que parte da história social em vez da bibliografia e se volta para a história da comunicação em vez da história das bibliotecas, onde os livros com frequência encontram seu ponto final de descanso. Considero que essas observações são válidas. De fato, eu não poderia nutrir entusiasmo por qualquer tipo de história que estivesse esvaziada de seres humanos. Daí que enfatizaria a importância de se estudar as pessoas ligadas aos livros a fim de entender a história dos livros. Quando analiso os pontos mais consistentes do argumento de Adams e Baker, eles parecem fazer o mesmo. Por exemplo, o primeiro quadro do diagrama deles procura representar a decisão de publicar — uma decisão tomada por pessoas, embora determine a criação do livro como objeto físico. Ao mesmo tempo, eles subestimam o papel dos autores. Eu destaquei a autoria no primeiro dos meus quadros com o objetivo de abrir a história dos livros ao que Pierre Bourdieu descreveu como “campo literário” (*champ littéraire*), ou seja, a um conjunto de relações determinadas por linhas de força e reguladas de acordo com as regras do jogo aceitas pelos jogadores.

O último quadro do diagrama de Adams e Barker, “Sobrevivência”, representa um avanço expressivo em relação ao meu. Eu havia reservado espaço para as bibliotecas, todavia deixei de considerar a revisão de textos em novas edições ou a reedição de textos, traduções e a mudança de contextos tanto da leitura quanto da literatura em geral. Adams e Barker explicitam seu argumento ao citar o exemplo de *The pilgrim’s progress*, que apareceu pela primeira vez como *chapbook*, depois foi publicado em edições de luxo e, finalmente, ganhou espaço no cânone dos clássicos na forma de edições baratas, com capa de papel, lidas por estudantes em toda parte. O estudo de Peter Burke sobre *Il libro del cortegiano* (*O livro do cortesão*) de Castiglione é outro exemplo de uma excelente história dos livros difícil de acomodar no meu diagrama. Na tentativa de demonstrar os estágios inter-relacionados do ciclo de vida de uma edição, não levei em conta fenômenos como a preservação e a evolução na história dos livros, haja vista que emergem sob a perspectiva de uma maior duração. Eu me pergunto, no entanto, se uma tabela dinâmica é capaz de captar as metamorfoses dos textos na medida em que eles passam por sucessivas edições, traduções, abreviações e compilações. Ao concentrar-se em uma única edição, meu diagrama ao menos teve a vantagem de delinear os estágios de um processo concreto, que conecta autores com leitores em uma série de estágios claramente ligados.

Finalmente, eu deveria reconhecer as áreas da história dos livros que desafiam a necessidade de traçar diagramas. A Islândia teve uma gráfica quase um século antes dos *pilgrim fathers*⁸ chegarem em Plymouth Rock, mas ela se limitava à impressão de liturgias e obras eclesiásticas requeridas pelos bispos em Skálhot e Hólar. As edições seculares tiveram início somente a partir de 1773 e mesmo naquela época ficavam confinadas em pequenas lojas em Hrappsey (eu me baseio aqui no trabalho de historiadores de livros islandeses, tais como Sigurdur Gylfi Magnusson e

⁸ N. T.: o autor usa a expressão *pilgrim fathers* para se referir aos primeiros colonizadores da Islândia.

⁹ N. T.: livros de aproximadamente 24 x 30 cm, cujas folhas impressas são dobradas duas vezes para formar 4 folhas ou 8 páginas.

David Olafsson). A Islândia não teve nenhuma livraria entre os séculos dezesseis e meados do século dezenove. Também não tinha escolas. Contudo, até o final do século dezoito a população era quase toda alfabetizada. Famílias situadas em fazendas espalhadas por uma enorme área ensinavam seus filhos a ler — e os islandeses liam bastante, especialmente durante os longos meses de inverno. Além das obras religiosas, sua leitura consistia primordialmente em sagas nórdicas, copiadas e recopiadas por várias gerações em livros manuscritos, milhares deles, que hoje formam as principais coleções dos arquivos desse país. A Islândia constitui, portanto, um exemplo de uma sociedade que contradiz meu diagrama. Vale repetir: por três séculos e meio, ela contou com uma população altamente alfabetizada e dada à leitura de livros, embora não tivesse praticamente nenhuma gráfica, nenhuma livraria, nenhuma biblioteca e nenhuma escola. Uma aberração? Talvez, mas a experiência dos islandeses pode nos dizer algo a respeito da natureza da cultura literária na Escandinávia ou até em outras partes do mundo, notadamente em áreas rurais remotas, onde culturas orais e de escribas reforçavam umas as outras para além do mundo da palavra impressa.

O exemplo da Islândia sugere a importância de desviar-nos do caminho batido que relaciona grandes centros como Leipzig, Paris, Amsterdam, Londres, Filadélfia e Nova Iorque. E quaisquer que sejam as maneiras de se interpretar os islandeses, deve-se admitir que diagramas servem tão-somente para aperfeiçoar percepções de relações complexas. Deve haver um limite para a utilidade de um debate sobre como alocar quadros em diferentes posições, dotá-los com rótulos apropriados e correlacioná-los com flechas apontando uns em direção aos outros. Quando reflito a respeito de como eu poderia ter melhorado meu ensaio, penso menos no meu diagrama do que na necessidade de considerar os avanços impressionantes feitos na história dos livros desde 1982. Ao invés de tentar analisar todos eles, prefiro me concentrar em quatro deles e indicar de que modo eles influenciaram minha pesquisa.

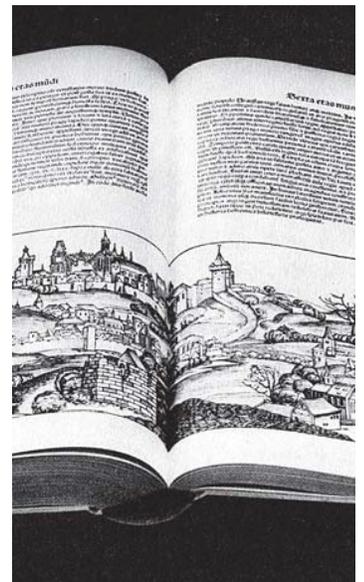
Primeiro, menciono a reorientação da bibliografia elaborada por D. F. McKenzie, um amigo que me ensinou muito, não só por intermédio de seus escritos, como por sua colaboração num seminário em Oxford. McKenzie não rejeitou as técnicas da análise bibliográfica desenvolvida um século atrás por Greg, McKerrow e outros mestres da disciplina. Ele as usou para abrir um novo campo de investigação que chamou de sociologia dos textos. “Sociologia” soou como uma declaração de guerra a alguns dos bibliógrafos que ouviram ou leram as conferências de McKenzie sobre Panizzi em 1985. Mas ele as empregou no esforço de estender uma análise bibliográfica rigorosa às questões a respeito de como os textos repercutem na ordem social e através do tempo. Em um de seus mais influentes estudos, McKenzie demonstra como o caráter das peças de Congreve foi transformado dos fragmentados e lascivos *quartos*⁹ do final do século dezessete para o classicismo comportado da edição do *octavo* de 1710. Embora os textos tenham permanecido essencialmente os mesmos, seus significados foram modificados pelo *design* da página, por novas maneiras de apresentar as cenas e pela articulação tipográfica de todas as partes.

John Barnard incorporou à interpretação de McKenzie uma análise compreensiva da emergência do cânone literário com base nas edições de Shakespeare, Dryden, Congreve e Pope. O livro, em seu aspecto físico, aparece, portanto, como elemento essencial no desenvolvimento da cultura literária da Inglaterra augustina — e, para além da literatura, como ingrediente da sociedade de consumo e *ethos* de polidez que caracterizava a vida da classe média na Grã-Bretanha no século dezoito. Numa série de estudos semelhantes, Peter Blayney estendeu a bibliografia à história sociocultural da Inglaterra elizabetana. Se eu fosse reescrever meu ensaio, procuraria incorporar essa rica linha de pesquisa.

Uma outra abordagem que eu enfatizaria é normalmente conhecida pelo nome de paratextualidade. Ela tem ocupado os bibliógrafos por várias gerações e, mais recentemente, engajado teóricos literários, tornando-se cada vez mais importante no estudo concreto de textos. Após trafegar por essa literatura, eu me vi prestando muito mais atenção à maneira pela qual as páginas de rosto, frontispícios, prefácios, notas de rodapé, ilustrações e apêndices influenciam a percepção do leitor. Notas de rodapé satíricas estão presentes em toda parte nos livros do século dezoito. Uma das minhas favoritas diz apenas: “Metade deste artigo é verdadeira”. Cabe ao leitor descobrir qual a metade. Artifícios como convidar o leitor a jogar um jogo, resolver um quebra-cabeça ou decodificar uma charada também são usados. Eu fiquei fascinado com os *romans à clef*, um gênero muito popular no século dezoito. Para compreendê-los, você deve lê-los em dois níveis, indo para frente e para trás entre a narrativa — que pode ser perfeitamente banal — e a chave, que torna a história viva por meio de *applications* (um termo-chave para a polícia parisiense) à política atual ou a questões sociais. A história da leitura parece agora bem mais complexa do que eu havia pensado inicialmente. Dos diversos tipos de leitura que ganharam corpo na Europa do início da era moderna, aquele que eu acho que merece atenção especial é o da leitura como jogo. Você o encontra em toda parte, em libelos, romances e revisões literárias que convidam constantemente o leitor a penetrar nos segredos escondidos entre as linhas ou sob o texto.

Outro importante elemento para a compreensão do modo como os livros se relacionam com o mundo em torno deles deve ser encontrado no conceito de intertextualidade. Postas de forma tão abstrata, tais palavras podem soar excessivamente pretensiosas, porém tanto a paratextualidade quanto a intertextualidade trazem uma preocupação comum com a forma pela qual elementos aparentemente irrelevantes — sejam eles internos, como a tipografia, ou externos, como palavras ou expressões emprestadas de outros textos — conferem significado ao livro. Há tempos, os historiadores do pensamento político têm estudado os tratados de Maquiavel, Hobbes e Locke como partes de um debate corrente marcado por outros tratados. Eles vêem cada obra como parte de um discurso coletivo que não pode ser entendida isoladamente.

Ao pesquisar os libelos do século dezoito, eu me deparava com passagens que achava que já havia lido em algum outro lugar. Quando rastreava as suas fontes, ficava surpreso ao encontrar as mesmas anedotas, recontadas praticamente com as mesmas palavras, espalhadas em livros, panfletos e *chroniques scandaleuses* jornalísticas. Um caso de plágio coletivo? A palavra existe há dois séculos, mas “plágio” dificilmente



¹⁰ N. T.: artista ou escritor que utiliza sua habilidade criativa para produzir obras medíocres ou sem imaginação, apenas por dinheiro.

descreve a prática dos escritores que rascunhavam na Grub Street. Eles emprestavam passagens dos trabalhos uns dos outros, adicionavam material coletado nos cafés e nos teatros, misturavam-nos bem e apresentavam o resultado como algo novo. *Best-sellers* como *La vie privée de Louis XV* e *Anedoctes sur Madame la comtesse du Barry* contêm as mesmas anedotas selecionadas de uma grande variedade das mesmas fontes.

Nos séculos dezessete e dezoito, diferentemente de hoje, anedota significava história secreta. O termo, derivado de Procópio e outros escritores da Grécia e Roma antigas, referia-se aos incidentes escondidos da vida privada de pessoas públicas, coisas que haviam de fato acontecido, embora pudessem ter sido distorcidas ao serem contadas, e que, portanto, revelavam as incoerências das versões oficiais dos eventos. As anedotas constituíam os elementos básicos em todos os tipos de literatura ilegal e podiam ser arranjadas em infinitas combinações. Eu passei a pensar os libelos como resultados de pedaços de informações preexistentes que estavam disponíveis a qualquer *hack*¹⁰ que precisasse ganhar algum dinheiro e a qualquer agente político atento ao assassinato de um personagem. Libelos eram remendos de material difundido por sistemas de informações do *Ancien Régime*. Para compreendê-los é essencial estudar o sistema em si, ou seja, concentrar-se em combinações intertextuais ao invés de atentar para os livros como unidades auto-suficientes.

Finalmente, gostaria de frisar a relevância da história comparativa. Esta é mais habitualmente pregada do que praticada, mas alguns (poucos) historiadores (Roger Chartier e Peter Burke, por exemplo) têm demonstrado o valor de seguir os livros através das fronteiras das línguas e dos países. Na minha própria pesquisa, desde 1982, tenho tentando comparar a censura tal como praticada em três regimes autoritários durante três séculos: a França de Bourbon, a Índia colonial e a Alemanha Oriental comunista. As comparações demonstram que a censura não era algo em si, que pode ser monitorada como uma partícula radioativa numa corrente sanguínea, e, sim, um ingrediente de sistemas sociopolíticos, cada qual operando de acordo com seus princípios peculiares.

Uma análise macro da publicação e do comércio de livros ao longo do século dezoito na Europa poderia trazer resultados mais reveladores. Alemanha e Itália se prestam a comparações porque ambas eram fragmentadas em pequenas unidades políticas, enquanto a literatura nacional inundava um único mercado de larga escala. A oposição entre Frankfurt e Leipzig levou à modernização do comércio na Alemanha. Envolveu a mudança de um sistema dominado pela troca de livros (*tauschhandel*, predominante em Frankfurt) para outro, estimulado por pagamentos em dinheiro (*barhandel*, cada vez mais praticado em Leipzig), e acarretou a vitória de editores de Leipzig e Berlim que pagavam adiantamentos significativos a importantes autores, principalmente Goethe. Talvez Milão tenha começado a se sobressair em relação a Veneza da mesma forma. O iluminismo italiano certamente se disseminou a partir dos principais centros do norte, tais como os dos filósofos reunidos no *Il Café* em Milão.

França e Inglaterra proporcionam possibilidades ainda mais férteis de análise comparativa. A *Stationers' Company* monopolizava o comércio em Londres de modo similar à *Communauté des Librairies et de*

Imprimeurs em Paris. Cada oligarquia suprimia a publicação nas províncias e, em cada caso, as províncias revidavam, formando alianças com fornecedores estrangeiros. Edimburgo, Glasgow e Dublin inundaram a Inglaterra com edições piratas baratas, assim como Amsterdam, Bruxelas e Genebra conquistaram o mercado na França. Claro, as condições políticas eram diferentes. Os ingleses desfrutavam de algo parecido com a liberdade de imprensa, apesar do efeito repressivo da perseguição a libelos subversivos, enquanto a censura de pré-publicação e a polícia do livro inibiam o comércio francês, a despeito da abertura de brechas legais, como as *permissions tacites* (permissão para publicar livros sem aprovação oficial de um censor).

As condições econômicas eram mais importantes do que as regras formais impostas por autoridades políticas? Eu estou inclinado a pensar que sim. Além disso, as regras do jogo começaram a mudar ao mesmo tempo em ambos os países. O caso de Donaldson *versus* Beckett em 1774 liberou o mercado inglês de forma similar aos decretos franceses referentes ao comércio de livros de 1777. Os ataques ao mercado alemão por piratas austríacos poderiam ser comparados com os ataques estrangeiros ao comércio na Inglaterra por escoceses e irlandeses e, na França, por holandeses e suíços. Ao combinar essas comparações com um estudo da evolução dos direitos autorais na Europa, seria possível desenvolver um panorama das tendências na história dos livros sob um enfoque abrangente.

Outros historiadores dos livros poderiam propor outras agendas para pesquisas futuras. Estas observações são necessariamente idiossincráticas e egocêntricas, já que era essa a natureza da tarefa: rever um artigo que escrevi em 1982. Este exercício me levou necessariamente de volta a 1965, mas espero que isso também ajude a voltar a atenção para as oportunidades que existirão para além de 2007.



Tradução e publicação autorizadas pelo autor em fevereiro de 2008.